



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO II – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR Pregão Eletrônico nº ____/2026 – Processo Administrativo nº 395/2026

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Nos termos da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, bem como em observância à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, fica instituído o Instrumento de Medição do Resultado (IMR), com a finalidade de aferir o desempenho da contratada na prestação dos serviços de verificação de plágio, revisão ortográfica e gramatical, edição de conteúdo, diagramação e serviços editoriais correlatos.

1.2. O IMR tem por objetivo assegurar a qualidade técnica dos serviços prestados, o cumprimento dos prazos pactuados, a observância dos critérios de aceitabilidade e a adequada execução contratual, servindo como base para eventual ajuste no pagamento mensal.

1.3. A aplicação dos ajustes no pagamento decorrentes do IMR não substitui nem elimina a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, no edital ou na Lei nº 14.133/2021, quando cabíveis.

1.4. A aferição dos resultados e a aplicação do IMR estarão vinculadas à análise das Ordens de Serviço (OS) executadas no período de referência, sendo considerados para fins de medição e pagamento apenas os serviços devidamente aprovados pela fiscalização da Contratante, sem prejuízo da apuração de ocorrências relativas a cada entrega realizada.

2. NÍVEIS DE OCORRÊNCIAS PARA APLICAÇÃO DO IMR

2.1. As ocorrências serão classificadas conforme o grau de criticidade observado durante a execução dos serviços no período de referência.

2.2. Para fins de caracterização de atraso, serão considerados os prazos estabelecidos em cada Ordem de Serviço (OS).

TABELA 1 – NÍVEIS DE OCORRÊNCIAS PARA APLICAÇÃO DO IMR

OCORRÊNCIAS	VALOR DA INFRAÇÃO
<p>NÍVEL 01: Ocorrências que não caracterizam interrupção da prestação dos serviços, mas comprometem sua execução satisfatória, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">a) atraso injustificado superior a 1 (um) dia útil no cumprimento de prazos estabelecidos em Ordem de Serviço (OS);b) entrega de serviços com falhas pontuais de revisão ortográfica, gramatical ou de formatação, passíveis de correção sem necessidade de retrabalho integral;c) descumprimento parcial de orientações editoriais, manuais institucionais ou diretrizes técnicas previamente fornecidas;d) resposta às solicitações da Contratante fora dos prazos estabelecidos no Termo de Referência;e) inconsistências formais em arquivos entregues (nomenclatura, versão, formato), sem prejuízo substancial ao conteúdo;f) atraso na apresentação de relatórios de contagem de caracteres ou relatórios de plágio, quando exigidos.g) atraso de até 1 (um) dia útil na entrega, sem impacto relevante na execução da demanda.	<p>1 ponto por ocorrência</p>



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

OCORRÊNCIAS	VALOR DA INFRAÇÃO
<p>NÍVEL 02: Ocorrências que caracterizam prejuízo relevante à execução dos serviços ou interrupção parcial da prestação, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">a) não atendimento às solicitações da Contratante após reiteradas orientações ou pedidos de correção;b) entrega de serviços em desacordo com os parâmetros técnicos de qualidade definidos no Termo de Referência (norma culta, ABNT, projeto gráfico);c) necessidade de retrabalho significativo por falhas atribuíveis à contratada;d) descumprimento reiterado de prazos pactuados em Ordens de Serviço;e) apresentação de relatório de verificação de plágio incompleto ou incompatível com o documento analisado.f) inconsistência na medição dos quantitativos executados (laudas, páginas ou unidades), quando constatada divergência relevante entre o informado pela contratada e o apurado pela fiscalização.	2 pontos por ocorrência
<p>NÍVEL 03: Ocorrências que caracterizam interrupção da prestação dos serviços, comprometimento grave da execução contratual ou risco institucional, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">a) entrega de conteúdo com indícios de plágio não identificados ou não informados pela contratada;b) violação do dever de confidencialidade ou uso indevido de informações institucionais;c) não entrega dos serviços solicitados em Ordem de Serviço, sem justificativa aceita pela Administração;d) reincidência de falhas graves de qualidade que inviabilizem a aceitação do serviço;e) qualquer conduta que comprometa a integridade técnica, ética ou institucional das publicações do órgão.	3 pontos por ocorrência

3. FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO

3.1. A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências apuradas no mês de referência, conforme tabela abaixo.

3.2. Os ajustes (glosas) incidirão sobre o valor total da fatura mensal correspondente aos serviços efetivamente medidos e aprovados no período.

3.3. Os descontos aplicados possuem natureza de glosa por desempenho, não se confundindo com penalidades administrativas, podendo ser aplicados cumulativamente com estas, quando cabível.

TABELA 2 – FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTOS

PONTUAÇÃO	AJUSTE NO PAGAMENTO
Até 5 pontos	Não haverá desconto sobre o valor total da fatura
6 a 7 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura
8 a 9 pontos	Desconto de 4% sobre o valor total da fatura
10 a 11 pontos	Desconto de 6% sobre o valor total da fatura
12 a 13 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura
14 a 16 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

PONTUAÇÃO	AJUSTE NO PAGAMENTO
Até 5 pontos	Não haverá desconto sobre o valor total da fatura
17 a 19 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura
20 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura
A partir de 21 pontos	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura do mês de referência + aplicação de sanção administrativa

4. PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO DO IMR

4.1. Encerrado o mês de referência, a fiscalização do contrato procederá à análise da execução dos serviços, com base nas Ordens de Serviço emitidas, nos produtos entregues e nos critérios de aceitabilidade e qualidade definidos no Termo de Referência e no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

4.2. A contratada será formalmente comunicada acerca das ocorrências apuradas, das respectivas pontuações e do valor da Nota Fiscal a ser emitida, já considerado eventual ajuste decorrente da aplicação do IMR.

4.3. O relatório mensal de ocorrências integrará o processo de liquidação da despesa e servirá de subsídio para a gestão e fiscalização contratual.

4.4. Será assegurado à contratada o direito de manifestação quanto às ocorrências registradas, no prazo a ser definido pela Administração, antes da consolidação final da pontuação do período.

4.5. A consolidação da pontuação mensal considerará o conjunto das ocorrências registradas no período, independentemente do número de Ordens de Serviço executadas.

RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS	
EMPRESA CONTRATADA: _____	
MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: ____/____/____	
Descrição	Pontuação
Ocorrência relacionada à execução contratual, julgada procedente. Data: ____/____/____ Breve descrição: _____ _____ _____ Data da notificação (quando cabível): ____/____/____	
TOTAL DE PONTOS NO MÊS EM REFERÊNCIA:	
_____ Assinatura do Fiscal de Contrato Data: ____/____/____	



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO